

Chipre

## **O poder da Europa**

Philippos K. Savvides

A vontade de aderir à União Europeia e a resolução de diferendos por via pacífica condiciona as relações entre os actores do triângulo Chipre-Grécia-Turquia. É o magnetismo da União que gera toda uma nova dinâmica entre a Grécia e a Turquia e no quadro europeu será possível encontrar a convergência entre as comunidades grega e turca de Chipre.

No Conselho Europeu de Copenhaga, a 12 e 13 de Dezembro de 2003, a República de Chipre foi formalmente convidada a integrar a União Europeia, sem qualquer pré-condição, seguindo o espírito e a letra da decisão tomada em Helsínquia, em 1999, que estipulava claramente que uma solução para o problema cipriota não era uma pré-condição para a adesão de Chipre. Infelizmente, no entanto, a dinâmica criada em Copenhaga não levou, até ao momento, a uma solução do problema cipriota, com base no plano apresentado pelo Secretário-Geral da Onu, Kofi Annan. Assim, o desafio que se coloca a todos os actores envolvidos é o aproveitamento da dinâmica criada pela iniciativa de Annan e pela decisão de Copenhaga.

Neste quadro, o que faz com que a União Europeia seja um catalisador para a resolução do problema de Chipre? Na resposta a esta questão, existem, basicamente, duas «escolas de pensamento»: uma é muito céptica relativamente a todo o conceito da União Europeia como catalisador da paz em Chipre. O seu principal argumento é que a adesão de Chipre à União Europeia, antes de ser encontrada uma solução, solidificará a partição da ilha, dificultando qualquer possibilidade de compromisso. A outra escola de pensamento, por seu turno, vê a União Europeia como catalisador para a transformação das atitudes e das abordagens dos actores envolvidos, o que poderá gerar um processo que conduza a uma solução sustentável para o problema de Chipre.

Argumenta-se aqui que a adesão de Chipre à União Europeia é uma condição sine qua non para que se encontre uma solução sustentável. Assim, este processo deve ser protegido e salvaguardado, ou seja, todas as acções e políticas, de todos os actores envolvidos, devem ter como objectivo garantir o êxito do processo de aproximação de

Chipre à União Europeia, independentemente dos eventuais custos políticos presentes. A esta luz, a União Europeia pode ser um catalisador para a solução do problema cipriota. Uma União Europeia bem sucedida enquanto catalisador de paz pode criar um precedente para a afirmação da Europa como actor eficaz na gestão e resolução de disputas inter e intra-estatais.

O que faz com que a União Europeia seja um catalisador para a paz em Chipre, bem como para a resolução da rivalidade greco-turca, é o seu «magnetismo», que leva os Estados alvo a desenhar as suas políticas de forma a manter fortes as hipótese de adesão. Por outras palavras, integrar e alargar a Europa é o que mantém o íman em funcionamento. Se aceitamos o facto de que o fim último de Chipre e da Turquia é a adesão, então a União Europeia tem uma enorme capacidade para influenciar mudanças internas drásticas, que levem ao cumprimento dos critérios democráticos e de direitos humanos de Copenhaga, e à resolução de conflitos inter-estatais.

Os cipriotas (tanto os cipriotas gregos como os cipriotas turcos) vêm de forma semelhante as perspectivas de adesão à União. Na verdade, pela primeira vez desde o início dos anos 60, gregos e turcos de Chipre têm um interesse comum – a adesão à União Europeia. A União Europeia como íman foi bem sucedida onde outros falharam: deu às duas comunidades um objectivo comum, com o qual podem construir um conhecimento partilhado positivo.

Mais especificamente, os cipriotas gregos vêm a adesão como uma forma de evitar uma partilha permanente da ilha e como um mecanismo para mitigar a ameaça de segurança que é a presença de 40,000 tropas turcas em Chipre. Vêm a adesão como uma via para a reunificação cipriota. Por outro lado, a adesão também significa modernização interna e mudanças estruturais, que permitirão mais desenvolvimento e prosperidade económica. Os cipriotas gregos sentem que as normas e leis europeias podem garantir uma entidade política federal, muito descentralizada, sem o risco de secessão da comunidade cipriota turca. Os cipriotas turcos, por seu lado – que rejeitaram esmagadoramente a anexação pela Turquia e a separação permanente – vêm na adesão à União Europeia uma forma de sair da dramática situação política e económica em que se encontram, bem como uma garantia de autonomia num Estado federal.

Adicionalmente, também a aproximação entre a Turquia e a Europa gerou dinâmicas internas no país, que tiveram certamente implicações nas suas políticas para Chipre e para

a Grécia. Pela primeira vez, a política de Ancara em relação a Chipre é publicamente contestada por membros da imprensa, da comunidade académica, da elite empresarial e por especialistas de política externa. Actualmente, existe um debate na Turquia relativamente às respostas aos desafios e oportunidades que a Europa apresenta e Chipre está no centro deste debate. As forças conservadoras tradicionais preocupam-se com mudanças rápidas e radicais, tanto internamente como em relação a Chipre. Os europeístas progressistas, por seu lado, incentivam essas mudanças, de forma a garantir que a Turquia não perde o comboio para Bruxelas.

Finalmente, o comportamento grego perante a Turquia também foi, em larga medida, condicionado pela Europa. Nos últimos 7 anos, sensivelmente, a Grécia mudou radicalmente a sua abordagem em relação à Turquia. Enquanto nos anos 80 e nos inícios dos 90 a Grécia era considerada o maior obstáculo à progressão da Turquia para a Europa, desde 1995 e, especialmente desde 1999, a Grécia é o único verdadeiro apoiante das perspectivas turcas na Europa. A Grécia vê a ancoragem permanente da Turquia na Europa como forma de contrabalançar e mitigar as atitudes belicosas dos círculos conservadores de Ancara e como uma forma de construir um «mar de paz» no Egeu. Mais, a Grécia vê a aproximação da Turquia à Europa como uma forma de a democratizar – e a democratização é a garantia de que a Turquia se comportará de modo a evitar a opção militar. O empenho grego na europeização turca foi claramente ilustrado pelo forte e aberto apoio que o governo grego deu ao pedido turco de início de negociações de adesão com a União Europeia.

Qual a actual situação? A Cimeira de Copenhaga foi, na verdade, histórica para a Grécia, Chipre e Turquia. Para a Grécia, foi a concretização da sua política de Helsínquia, cuja essência é a ancoragem da Turquia à Europa. Para Chipre, foi o alcançar do objectivo estratégico da adesão à União Europeia e para a Turquia foi mais um passo na sua caminhada para aderir à União. Uma questão, no entanto, permanece sem resolução: o problema de Chipre. A falta de solução tem implicações negativas para todos os cipriotas e especialmente para os cipriotas turcos, que estão a abandonar a ilha em grande escala, procurando fora um futuro melhor. A emigração prejudica particularmente os cipriotas gregos, que estão a perder os seus parceiros da paz.

O desafio, para todos os actores envolvidos é, assim, garantir os progressos de Copenhaga. Não há tempo a perder. A União Europeia é o quadro no qual se construirá um futuro comum para cipriotas turcos e gregos, com base nas propostas apresentadas

pelo secretário-geral Kofi Annan. Estamos perante uma oportunidade histórica para resolver o problema de Chipre, fundamentalmente consequência do papel catalisador da Europa. A comunidade internacional, a Grécia e a Turquia deveriam ajudar as duas comunidades a alcançar um acordo, antes cedo que tarde, e deveria exercer uma «pressão construtiva», especialmente sobre o lado turco, para que se afaste das suas políticas intransigentes, e forçar o líder cipriota turco Rauf Denktash a cooperar seriamente na construção de um acordo. Se se perder esta oportunidade, a ameaça de mais crises no futuro aumentará de forma dramática.